

EDUCAÇÃO: Desenvolvimento Humano como Fator Potencializador da Economia Regional

Rafael Chaves da Luz

Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional

DeVry-FACIMP Faculdade de Imperatriz, chaves-luz@hotmail.com

Larlô Antônio Macêdo Andrade Nascimento

Especialista em Tecnologia da informação e comunicação para educadores

DeVry-FACIMP Faculdade de Imperatriz, larlomacedo@gmail.com

Resumo

A busca por bons modelos de desenvolvimento econômico torna possível colocar em questão a formação cidadã a partir da educação escolar, que tem finalidade básica de prepara o aluno para o exercício consciente da cidadania. Tais questões refletem no aperfeiçoamento do capital intelectual e habilidades consideradas necessárias para promoverem eficiência na capacidade de trabalho e cultura favorecendo assim o processo de desenvolvimento humano e econômico. A educação, hoje está cumprindo esse papel? O presente artigo, tem como objetivo pôr em evidência a concepção de que a educação é o processo integral de formação humana, que potencializa o desenvolvimento econômico regional. Utilizou-se como processo metodológico, a abordagem qualitativa, através do método descritivo exploratório com delineamento bibliográfico. Verifica-se que a efetivação da educação como direito de todos tem sido uma grande conquista social da sociedade contemporânea. A educação brasileira apresenta-se, de maneira geral, um estágio visivelmente defasado. Percebe-se também que temas sobre educação vem ganhando destaque e é visível a articulação da educação com o desenvolvimento socioeconômico e, para tanto, torna-se necessário reconhecer e enfrentar as situações adversas.

Palavras-chave: Formação cidadã; desenvolvimento regional; educação.

1 Introdução

Frente aos desafios do futuro, a educação apresenta-se como um fator indispensável à humanidade na sua construção dos ideais, justiça social e desenvolvimento econômico. Assim, o presente artigo pretende tratar questões relevantes ao desenvolvimento humano como fator integrante da economia regional. A relação sinérgica entre educação e trabalho é considerada uma alavanca para impulsionar a inovação e, assim, o desenvolvimento econômico e social.

Dessa forma entende-se que um sistema nacional de educação é um dos investimentos de longo prazo que mais influencia o desenvolvimento de uma nação, pois é ele que torna possível a criação de uma massa crítica nacional, reforçando os valores da cidadania consciente e, conseqüentemente, a capacidade de intervenção responsável do indivíduo e da coletividade na busca do desenvolvimento sociocultural e econômico (MENETE 2010, p. 2).

Sem a pretensão de impor ou julgar como certo ou errado as gestões políticas educacionais existentes em nosso Brasil, mas sim apresentar uma reflexão sobre educação em conexão com o desenvolvimento. Dessa forma o artigo tem como objetivo analisar influências da formação cidadã no desenvolvimento da capacidade de trabalho bem como propor que a educação permitiria o fortalecimento do desenvolvimento regional, favorecendo nesse contexto o progresso da sociedade.

Para alcançar os objetivos propostos, o artigo que possui delineamento bibliográfico, foi dividido em seis seções, visando uma melhor organização: Introdução, e segue ainda: metodologia

da pesquisa; direito à educação; economia e desenvolvimento humano; trabalho e educação no Brasil. As considerações finais e inferências sobre o tema ficam na última seção.

2 Direito à Educação

Conceber a educação como direito humano diz respeito a considerar que as pessoas se diferenciam dos outros seres vivos por uma característica à sua espécie: a vocação de produzir conhecimento e, por meio dele, transformar a natureza e organizar-se socialmente. A educação é um elemento fundamental para a realização dessa vocação humana. Não apenas a educação escolar, mas a educação pensada num sistema geral, porque o processo educativo começa com o nascimento e termina apenas no momento da morte da pessoa. Os processos educativos permeiam a vida das pessoas (GRACIANO, p. 16).

Hoje sabe-se que é muito vasto a gama de direitos individuais existentes na atualidade, entre eles o direito à Educação. No Brasil o direito a Educação foi reconhecido apenas na Constituição Federal de 1988, antes disso o Estado não tinha a obrigação de garantir educação para todos os brasileiros. O direito à educação é parte de um conjunto de direitos chamados direitos sociais que tem como inspiração o valor da igualdade entre pessoas (ARROTEIA, 2008 p. 145).

Não entra no mérito da discussão, nesse artigo, avaliar instrumentos jurídicos que garantam tais direitos, como construção de escolas, repasse de verbas, incentivo ao trabalho entre outros. Mas descrever como as coisas acontecem na forma de lei.

Leis essas, que se tornam cada dia mais discutidas e estudadas frente a essa sociedade inovadora, pois a educação é considerada fonte de crescimento da ciência e da indústria. Os processos técnicos de hoje exigem conhecimentos científicos, e as novas invenções são simultaneamente uma fonte de riqueza e de grandeza nacional. (RUSSEL, p. 130-131).

Assim, de certa forma, o direito à educação nos é assistida visando, também, o desenvolvimento social e intelectual na cadeia produtiva promovendo o progresso social e moral da sociedade de modo geral. Por essa razão ao longo do século XX, o conceito de educação mudou muito, por causa das mudanças das demandas sociais.

3 Economia e Desenvolvimento Humano

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, O desenvolvimento humano é um processo que visa ampliar as possibilidades oferecidas às pessoas. Em princípio, estas possibilidades podem ser infinitas e evoluir com o tempo. Contudo, em qualquer nível de desenvolvimento, destaca-se três: ter uma vida longa e com saúde, adquirir conhecimentos e ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida decente. O conceito de

desenvolvimento humano é, pois, muito mais vasto do que as teorias clássicas do desenvolvimento econômico. O desenvolvimento dos recursos humanos, considera os seres humanos como simples fatores do processo de produção, ou seja, como um meio e não como um fim.

As sociedades modernas nas últimas décadas vêm passando por grandes transformações decorrentes das mudanças nos setores produtivos. As práticas educativas desenvolvidas nas escolas tendem a atender as condições atuais de flexibilização do trabalho. Dessa forma segundo (ARAÚJO, 2001 p. 44), as finalidades explícitas da pedagogia das competências tem sido colocadas em torno das possibilidades de desenvolver capacidades reais, de ampliar os níveis de qualificação dos trabalhadores, de promover o progresso econômico e a justiça social e de valorizar o ser humano. Segundo (DELORS 2000, p. 83), “O princípio geral de ação que deve presidir a esta perspectiva de um desenvolvimento baseado na participação responsável de todos os membros da sociedade é o do incitamento à iniciativa, ao trabalho em equipe, as sinergias, mas também ao auto-emprego e ao espírito empreendedor:

Ainda, segundo Delors: Os elementos da estratégia educativa devem, pois, ser concebidos de uma forma coordenada e complementar, tendo por base comum a busca de um tipo de ensino que, também, se adapte às circunstâncias locais.” Identifica-se então que a educação está ligeiramente ligada as potencialidades econômicas da sociedade.

A procura de educação com fins econômicos vem crescendo na maior parte dos países. A relação entre o ritmo do progresso técnico e a qualidade da intervenção humana torna-se então, cada vez mais evidente bem como a necessidade de formar agentes que revelem um comportamento inovador.

A natureza fundamentalmente social da cognição e da aprendizagem, a realimentação mútua entre o desenvolvimento humano individual e coletivo e o papel da história desenvolvimentista na moldagem da diversidade humana integram para definir a capacidade da sociedade para a aprendizagem e adaptação. (TORRANCE, 2000, p. 382).

O pensamento na educação voltado ao desenvolvimento econômico remete-nos que a educação é fundamental para o sucesso de qualquer sociedade moderna, levando em consideração a flexibilidade e adaptabilidade das populações à capacidade de superar circunstâncias adversas.

4 Trabalho e Educação no Brasil

No mundo contemporâneo, onde a globalização opera sem precedentes o trabalho tornou-se uma realidade que envolve cada vez mais questões políticas, econômicas, sociais e culturais. Dessa forma levando-se em consideração a educação fatores como o crescimento da ciência e da

indústria, exigem cada vez mais qualificação humana para o exercício de funções e atividades. (RUSSEL, p. 130). Russel, ainda acrescenta que os rapazes e moças podem se tornar melhores cidadãos e trabalhadores mais eficientes se soubessem ler e escrever.

Para (COSTA, 2000), refletir sobre as transformações no mundo do trabalho e na educação dos trabalhadores, requer que se compreenda as relações entre trabalho e educação, dado que a sociedade a que pertencemos ressalta qualificação do trabalhador como um dos requisitos básicos para a sua inserção no processo produtivo. O poder da educação é ressaltado como um dos elementos indispensáveis para o chamado resgate da dívida social e, nesse sentido, a educação é introduzida como a chave para a conquista da cidadania na medida que por meio dela, as pessoas se qualificam para disputar um lugar no mercado. Assim podemos dizer que educação e trabalho são inseparáveis nesse contexto.

A nova base técnico-científica do processo de trabalho responsável pelas mudanças em andamento, requer para os países não desenvolvido, como o Brasil, “uma formação que desenvolvam habilidades básicas no plano do conhecimento, das atitudes e dos valores, produzindo competências para a gestão de qualidade, para produtividade e competitividade e, conseqüentemente, para a empregabilidade” (FRIGOTTO, 1998, p. 25).

Segundo CARNOY, 1992, a economia é desencadeada a partir da qualificação dos indivíduos em realizar suas atividades. Dessa forma ele diz: “Em economias altamente industrializadas, a qualidade da Educação Básica parece estar relacionada com a capacidade da sociedade em habilitar organizacional e tecnicamente seus cidadãos para acompanhar as rápidas mudanças que estão ocorrendo na nova economia baseada na informação. A Educação Básica parece ser crucial para uma maior produtividade e crescimento, seja pelos conhecimentos acadêmicos que transmite ou pelo desenvolvimento da capacidade do concluir tarefas.”

Diante das novas formas de organização do trabalho em conjunto com os avanços tecnológicos, o trabalhador precisa de habilidades eficientes frente as inovações tecnológicas. Tais habilidades serão alcançadas aliadas ao poder da escola na Educação Básica, que permitiriam um maior alcance da base de conhecimento por parte dos trabalhadores acarretando, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico.

Assim percebe-se que a educação é uma condição não suficiente, mas necessária para a conquista de uma sociedade mais dinâmica e justa, como condição de desenvolvimento econômico e para o exercício pleno da cidadania. Buscando sempre inovações frente aos desafios da humanidade em relação a formação cidadã.

Método

Segundo (GIL, 2002), a revisão da literatura consiste na análise bibliográfica para fundamentar o objeto de estudo, sendo uma importante ferramenta para os estudos exploratórios e de acordo com (SILVA 2005), a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de Pesquisa Bibliográficas e Estudos de caso.

Portanto, a pesquisa realizada é de caráter exploratório; consiste no diagnóstico de um processo em particular, nesse caso a educação, a partir da leitura de livros, revistas científicas e artigos impresso que serviram para expor ideias que foram consideradas pertinentes na elaboração do artigo.

Nessa pesquisa, o processo de investigação parte de algumas ideias que serão confirmadas a partir de um referencial, acrescido de novos elementos, conforme sua necessidade no estudo.

Resultados e discussão

O presente artigo buscou descrever a formação de um novo sujeito através do repensar do papel da escola em seu aspecto social. Vive-se um momento transitório e instável na sociedade e notamos que a escola poderia rever o seu papel enquanto instituição formadora de sujeitos que sejam capazes de transformar essa sociedade.

Sobretudo mostrar que educação e trabalho estão intrinsecamente ligadas no que diz respeito ao desenvolvimento do cidadão na sua efetiva melhora na participação social. Neste estudo enfatizou-se a influência dos níveis de educação e capital social nas desigualdades regionais no Brasil por meio de referenciais teóricos relacionados à educação ao capital social e ao desenvolvimento regional. Observa-se ainda a importância da educação para a implementação da formação cidadã visando o bem comum.

Recorda-se que a educação não é apenas uma despesa social, mas também um investimento econômico e político, gerador de benefícios a longo prazo. Assim os sistemas educacionais tem finalidade formar os indivíduos para a cidadania, assegurar a transmissão de conhecimento. O investimento educativo é, portanto inerente a todos e essencial para o desenvolvimento econômico e social a longo prazo.

Então impulsionar o desenvolvimento econômico através da educação é uma questão pertinente e de grande relevância, pois de acordo com os autores citados, a educação é um elemento potencializador no que diz respeito ao desenvolvimento econômico. Dessa forma, tem-se a

perspectiva do capital social como propulsor de um novo modelo de desenvolvimento regional, que engloba a participação da sociedade.

Também verifica-se que a efetivação da educação como direito de todos tem sido uma das principais conquistas sociais das sociedades contemporâneas. A educação brasileira apresenta-se, sob vários aspectos, em estágio visivelmente defasado. Ainda assim, é visível a articulação da educação com o desenvolvimento socioeconômico e, para tanto, torna-se necessário reconhecer e enfrentar as situações adversas.

Por fim o artigo limitou-se à questões de reflexão sobre o educação, trabalho e desenvolvimento. Não julgando nenhuma política educacional ligada a esse contexto.

Referências

- ALARCÃO, Isabel. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Desenvolvimento de competências profissionais: as incoerências de um discurso**. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2001. (Tese de Doutorado)
- CARNOY, Mrtin. Razões para investir em Educação Básica. New York, USA: UNICEF, 1992. P 25.
- COSTA, Cândida da. **Extratos da produção acadêmica na UFMA**. São Luís: EDUFMA, 2000.
- CARVALHO, Celso do Prado Ferraz de. **A educação cidadã na visão empresarial: o telecurso 2000**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.
- FRIGOTTO, Gaudencio. **Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito**. Petrópolis, Rj: Vozes, 1998.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: atlas, 2002.
- GRACIANO, Mariângela. **Educação também é direito humano**. São Paulo: Ação Educativa, Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento – PIDHDD, 2005.
- MENETE, Zélia; BRITO, Lídia; BROUWER, Roland. **Educação, Formação Profissional e Poder**, 2010.
- PNUD. Rapport mondial sur te développement humain. Paris, Econômica 1995, p. 13 - 14.
- RUSSEL, Bertrand. **Educação e sociedade: Livros Horizontes**. São Paulo, 1982.
- SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4 ed. Florianópolis: UFSC, 2005.
- TORRANCE, Nancy; OLSON, David R. **Educação e desenvolvimento humano**. Trad. Dayse Batista e Daniel Bueno. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.